



RECONCILIAÇÃO

Sacramento da misericórdia de Deus

INTRODUÇÃO:

Cresce cada vez mais na consciência dos cristãos a necessidade de viver na graça de Deus. Sabemos pela Palavra de Deus, que a única coisa que pode nos afastar do amor de Deus é o pecado, pois o pecado é desobediência a Deus, afastamento de Deus, desejo humano de ser “como deuses”, conhecendo e determinando o bem e o mal (Gn 3,5). Mas, a misericórdia infinita de Deus não recua diante do nosso pecado: Deus não nos rejeita, mesmo quando voltamos às costas para Ele. Como o pastor que vai atrás da ovelha perdida (Lc 15, 1-7), Deus vai ao nosso encontro, não para condenar, não para punir ou acertar as contas, mas para salvar e amar. Nisso reside o mistério da misericórdia divina.

Como nos ensina o Catecismo (n. 1846), “o Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores”. Desde o anúncio da vinda de Jesus, já se destaca sua tarefa de reconciliador entre Deus e os homens. Lemos no início do Evangelho de São Mateus o que o anjo disse a José: “Por-lhe-ás o nome de Jesus, porque Ele salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1, 21).

Queremos propor neste artigo elementos para um aprofundamento da reflexão sobre o sacramento da reconciliação, a fim de que você e eu possamos nos aproximar ainda mais de Deus pela vivência desse sinal visível e extraordinário de sua infinita misericórdia. Pautamo-nos, sobretudo, pela Palavra de Deus e pelo Catecismo da Igreja Católica, cujas referências estão aqui apresentadas para favorecer seu estudo pessoal do tema.

O QUE A IGREJA FALA SOBRE A RECONCILIAÇÃO.

O Catecismo da Igreja Católica é, sem dúvida, a grande referência da palavra da Igreja sobre as verdades da fé, incluindo o sacramento da reconciliação. Ele faz alusão a outros textos importantes do magistério da Igreja (os escritos dos papas, documentos do Concílio Vaticano II, etc.).

A reconciliação deve ser compreendida à luz do ensinamento da Igreja sobre o pecado. Convido você a dedicar algum tempo para estudar o que o Catecismo nos ensina sobre este tema (n. 1846-1876). A melhor síntese do que é o pecado foi descrita por Santo Agostinho, que escreveu: “O pecado é amor de si mesmo até ao desprezo de Deus”. Santo Agostinho, sem dúvida, viveu a experiência do pecado e da misericórdia, como nos relata em suas *Confissões*. Por isso, ele é aqui citado diversas vezes, como uma referência pessoal, mas também como o maior representante da tradição patrística da Igreja.

Onde o pecado manifestou toda sua força e violência? O Catecismo responde a esta pergunta dizendo:

“É precisamente na paixão, em que a misericórdia de Cristo o vai vencer, que o pecado manifesta melhor a sua violência e a sua multiplicidade: incredulidade, ódio assassino, rejeição e escárnio por parte dos chefes e do povo, cobardia de Pilatos e crueldade dos soldados, traição de Judas tão dura para Jesus, negação de Pedro e abandono dos discípulos. No entanto, mesmo na hora das trevas e do príncipe deste mundo, o sacrifício de Cristo torna-se secretamente a fonte de onde brotará, inesgotável, o perdão dos nossos pecados” (Catecismo, n. 1851).



O Concílio Vaticano II nos ensina que a reconciliação tem um duplo sentido: em primeiro lugar, refere-se ao nosso reencontro com Deus; em segundo lugar, significa também nossa reconciliação com a Igreja: “Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa a Ele feita e, ao mesmo tempo, são reconciliados com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a qual, pela caridade, exemplo e oração, trabalha pela sua conversão” (LG, 11).

O Catecismo reforça este ensinamento, quando escreve:

“O pecado é, antes de mais, ofensa a Deus, ruptura da comunhão com Ele. Ao mesmo tempo, é um atentado contra a comunhão com a Igreja. É por isso que a conversão traz consigo, ao mesmo tempo, o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, o que é expresso e realizado liturgicamente pelo sacramento da Penitência e Reconciliação” (Catecismo, n. 1440).

Chamamos a atenção para o uso que a Igreja faz de diferentes nomes para esse sacramento. Cada um deles indica uma direção diferente, que não se opõem nem se excluem, mas se complementam. Cada um deles mostra uma ênfase distinta, como as várias faces de um diamante:

1) a *penitência* acena mais para o sacrifício, a pena, a expiação do pecado; ela “consagra um esforço pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação do cristão pecador” (Catecismo, n. 1423);

2) a *confissão* indica mais a atitude de assumir publicamente nossos erros e de tomarmos consciência de nossa responsabilidade; a Igreja declara que “a confissão dos pecados diante de um sacerdote é um elemento essencial desse sacramento” (Catecismo, 1424);

3) chama-se também sacramento do perdão, pois por meio dele Deus nos concede “o perdão e a paz”, como reza a fórmula da absolvição;

4) por fim, é o sacramento da reconciliação que melhor explica a natureza e o mistério desse sacramento: por ele, desfazemos o abismo que nos separou de Deus, reatamos o nó que nos liga a Deus, voltamos à amizade e à convivência com Deus, como Jesus mostrou pela parábola do filho pródigo (Lc 15, 11-32) e cumprimos aquilo que o Apóstolo Paulo nos ensina: “Reconciliai-vos com Deus” (2Cor 5,20).

A Igreja também nos convida a observar os tempos propícios à conversão ao longo do ano litúrgico:

“Os tempos e os dias de penitência no decorrer do Ano Litúrgico (tempo da Quaresma, cada sexta-feira em memória da morte do Senhor) são momentos fortes da prática penitencial da Igreja. Estes tempos são particularmente apropriados para os exercícios espirituais, as liturgias penitenciais, as peregrinações em sinal de penitência, as privações voluntárias como o jejum e a esmola, a partilha fraterna (obras caritativas e missionárias)” (Catecismo, n. 1438).

SEGUNDO A BÍBLIA O QUE DEUS NOS FALA SOBRE A RECONCILIAÇÃO.

Do Gênesis ao Apocalipse reconhecemos as linhas da história da salvação, onde o Deus-Amor quer estabelecer os vínculos com sua criatura “feita à sua imagem” e amada com amor de predileção. Embora não possamos nos deter exaustivamente aqui em analisar toda a tradição bíblica, vamos acenar para alguns pontos.



A Palavra de Deus revela a condição humana, na qual todos somos pecadores: “Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós” (1 Jo 1, 8). Todo o Antigo testamento é uma expressão viva do amor de Deus que quer restabelecer a Aliança, tantas vezes destruída pela nossa infidelidade.

Em Jesus, contudo, o coração misericordioso do Pai se derrama em amor e compaixão pelos homens. Mas, Deus não nos força a aceitar a redenção. Por isso, Jesus nos convida à conversão: “O tempo chegou ao seu termo, o Reino de Deus está próximo: convertei-vos e acreditai na boa-nova” (Mc 1,15). A conversão é, pois, uma atitude pessoal que deve nascer do amor a Deus despertado pelo Seu Amor por nós. É Deus, pois, que com Seu Amor nos ajuda a dar o passo da conversão: a conversão, assim, também é dom de Deus operado em nós, como expressa o livro das Lamentações “Convertei-nos, Senhor, e seremos convertidos” (Lm 5, 21).

Jesus nos ensinou a rezar pedindo perdão a Deus: “Perdoai-nos as nossas ofensas” (Lc 11, 4) e mostrou que só Deus perdoa os pecados (Mc 2,7). Mas, mostrou também que o Filho do Homem tem poder de perdoar os pecados (Mc 2,10) e Jesus exerce este poder: “Teus pecados estão perdoados” (Mc 2,5; Lc 7,48).

Em virtude de sua autoridade divina, Jesus transmite o poder de perdoar os pecados aos homens, para que o exerçam em seu nome (Jo 20, 21-23 e Catecismo, n. 1441). Jesus “confiou o exercício do poder de absolvição ao ministério apostólico. É este que está encarregado do ‘ministério da reconciliação’ (2Cor 5, 18). O apóstolo é enviado ‘em nome de Cristo’ e ‘é o próprio Deus’ que, através dele, exorta e suplica: ‘Deixai-vos reconciliar com Deus’ (2Cor 5, 20)” (Catecismo, n. 1442).

E ainda diz o Catecismo:

“Ao tornar os Apóstolos participantes do seu próprio poder de perdoar os pecados, o Senhor dá-lhes também autoridade para reconciliar os pecadores com a Igreja. Esta dimensão eclesial do seu ministério exprime-se, nomeadamente, na palavra solene de Cristo a Simão Pedro: ‘Dar-te-ei as chaves do Reino dos céus; tudo o que ligares na terra ficará ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra ficará desligado nos céus’ (Mt 16, 19). Este mesmo encargo de ligar e desligar, conferido a Pedro, foi também atribuído ao colégio dos Apóstolos unidos à sua cabeça (Mt 18,18; 28, 16-20)” (Catecismo, n. 1444).

A Palavra de Deus também nos ensina que é o Espírito Santo quem nos convence a respeito do pecado (Jo 16, 8-9). O Espírito Santo “dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão” (Catecismo, n. 1433 e At 2,36-38). São Paulo afirma, pois: “Vós fostes lavados, fostes santificados, fostes justificados pelo nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus” (1 Cor 6, 11).

A Bíblia ainda revela que a Eucaristia também é sinal da misericórdia de Deus que se derrama sobre nós, pecadores: “Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado por muitos para a remissão dos pecados” (Mt 26,28), são as palavras de Jesus repetidas no rito eucarístico da consagração. Recordando o ensinamento do Concílio de Trento, o Catecismo nos diz que a Eucaristia “é o antídoto que nos livra das faltas quotidianas e nos preserva dos pecados mortais” (Catecismo, n. 1436).

Iluminados pela Palavra de Deus, devemos nos esforçar para sermos “santos e imaculados na sua presença” (Ef 1, 4). Devemos viver o amor e a misericórdia, como resposta ao amor e à misericórdia que Deus tem por nós, pois só o amor “cobre uma multidão de pecados” (1Pe 4, 8).



COMO PREPARAR-SE PARA O SACRAMENTO DA RECONCILIAÇÃO.

A preparação para o sacramento da reconciliação começa pelo exame de consciência, pelo qual revemos nossas ações, pensamentos e atitudes e os comparamos com aquilo que Deus quer. A vontade de Deus e seus mandamentos devem ser a nossa referência de vida e, portanto, a baliza de nosso exame de consciência. Deus respeita nossa consciência, Ele não nos invade, mas nos convida a nós mesmos reconhecermos nossa pequenez e limitação, *derramando nossa alma na presença do Senhor* (1Sm 1,15).

O exame de consciência leva ao arrependimento sincero ou contrição. Quando percebo que minhas atitudes e ações não correspondem ao que Deus quer, o Amor de Deus acende em nós aquela *saudade* de viver perto de Deus. É esta *saudade de Deus* que nos leva ao arrependimento. Vale a pena rezar o Salmo 50, para compreender a dinâmica de um coração arrependido.

Acima de tudo, o exame de consciência e o arrependimento devem estar assentados numa atitude interior, como nos ensina o Catecismo:

“Como já acontecia com os profetas, o apelo de Jesus à conversão e à penitência não visa primariamente as obras exteriores, ‘o saco e a cinza’, os jejuns e as mortificações, mas *a conversão do coração, a penitência interior*: Sem ela, as obras de penitência são estéreis e enganadoras; pelo contrário, a conversão interior impele à expressão dessa atitude em sinais visíveis, gestos e obras de penitência” (Catecismo, n. 1430).

Portanto, “a conversão é, antes de mais, obra da graça de Deus, a qual faz com que os nossos corações se voltem para Ele” (Catecismo, n. 1431). Esta disposição de voltar-se para Deus constitui o elemento fundamental da preparação para a confissão.

A IGREJA ADOTA A CONFISSÃO COMUNITÁRIA?

Sobre este ponto, de particular atenção, vejamos o que nos diz a Igreja:

“A confissão individual e íntegra e a absolvição constituem o único modo ordinário pelo qual o fiel, consciente de pecado grave, se reconcilia com Deus e com a Igreja: somente a impossibilidade física ou moral o escusa desta forma de confissão. Há razões profundas para que assim seja. Cristo age em cada um dos sacramentos. Ele dirige-Se pessoalmente a cada um dos pecadores: ‘Meu filho, os teus pecados são-te perdoados’ (Mc 2, 5); Ele é o médico que Se inclina sobre cada um dos doentes com necessidade d’Ele para os curar: alivia-os e reintegra-os na comunhão fraterna. A confissão pessoal é, pois, a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja” (Catecismo, n. 1484).

Contudo, a Igreja também reconhece a necessidade da confissão com absolvição geral. Vejamos o texto do Catecismo a este respeito:

“Em casos de grave necessidade, pode-se recorrer à *celebração comunitária da reconciliação, com confissão geral e absolvição geral*. Tal necessidade grave pode ocorrer quando há perigo iminente de morte, sem que o sacerdote ou os sacerdotes tenham tempo suficiente para ouvir a confissão de cada penitente. A necessidade grave pode existir também quando, tendo em conta o número dos penitentes, não há confessores bastantes para ouvir devidamente as



confissões individuais num tempo razoável, de modo que os penitentes, sem culpa sua, se vejam privados, durante muito tempo, da graça sacramental ou da sagrada Comunhão. Neste caso, para a validade da absolvição, os fiéis devem ter o propósito de confessar individualmente os seus pecados graves em tempo oportuno. Pertence ao bispo diocesano julgar se as condições requeridas para a absolvição geral existem. Uma grande afluência de fiéis, por ocasião de grandes festas ou de peregrinações, não constitui um desses casos de grave necessidade” (Catecismo, n. 1483).

QUAIS OS BENEFÍCIOS E EFEITOS DA CONFISSÃO?

O maior benefício da confissão é voltar a viver “de acordo com Deus”, como Santo Agostinho escreveu:

“Aquele que confessa os seus pecados e os acusa, já está de acordo com Deus. Deus acusa os teus pecados; se tu também os acusas, juntas-te a Deus. O homem e o pecador são, por assim dizer, duas realidades distintas. Quando ouves falar do homem, foi Deus que o criou: quando ouves falar do pecador, foi o próprio homem quem o fez. Destrói o que fizeste, para que Deus salve o que fez. [...] Quando comesças a detestar o que fizeste, então que começam as tuas boas obras, porque acusas as tuas obras más. O princípio das obras boas é a confissão das más. Praticaste a verdade e vens à luz” (Cf. Catecismo, n. 1458).

A confissão opera em nós duas reconciliações, o restabelecimento de dois laços: com Deus e com a Igreja, como já dissemos, mas é preciso sublinhar novamente. De fato, “toda a eficácia da Penitência consiste em nos restituir à graça de Deus e em unir-nos a Ele numa amizade perfeita. O fim e o efeito deste sacramento são, pois, a *reconciliação com Deus*” (Catecismo, n. 1468). Por outro lado, “este sacramento *reconcilia-nos com a Igreja*. O pecado abala ou rompe a comunhão fraterna. O sacramento da Penitência repara-a ou restaura-a. Nesse sentido, não se limita apenas a curar aquele que é restabelecido na comunhão eclesial, mas também exerce um efeito vivificante sobre a vida da Igreja que sofreu com o pecado de um dos seus membros” (Catecismo, 1469).

QUAIS OS PREJUÍZOS QUANDO NÃO CONFESSAMOS REGULARMENTE?

O maior prejuízo da falta de confissão regular é viver longe da graça de Deus. Comprometemos e colocamos em risco, assim, a nossa própria salvação. “Deus nos criou sem nós, mas não quis salvar-nos sem nós” (Santo Agostinho). Por isso, sem nossa atitude livre e decidida de recorrer ao perdão de Deus e de nos converter, Deus *não pode* nos salvar.

Precisamos entender que “a confissão regular dos nossos pecados veniais ajuda-nos a formar a nossa consciência, a lutar contra as más inclinações, a deixarmo-nos curar por Cristo, a progredir na vida do Espírito. Recebendo com maior frequência, neste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como Ele” (Catecismo, 1458).

QUAL A REGULARIDADE DA CONFISSÃO?

A Igreja nos ensina que a confissão deve ser buscada “ao menos uma vez ao ano” (Catecismo, n. 1457). Contudo, não devemos nos contentar com o mínimo. Jesus mesmo fala, referindo-se à pecadora que sentou-se a seus pés na casa de Simão: “A quem muito amou, muito foi perdoado”. Quanto mais amamos



a Deus, mais somos por ele perdoados. Quanto mais recorremos ao Seu Amor, mais Ele desce a nós e nos faz viver em comunhão com Seu Espírito. Por isso, a Igreja também afirma que “Sem ser estritamente necessária, a confissão das faltas quotidianas (pecados veniais) é contudo vivamente recomendada pela Igreja” (Catecismo, n. 1458).

No caso de pecados graves, no entanto, a Igreja assim ensina:

“Aquele que tem consciência de haver cometido um pecado mortal, não deve receber a sagrada Comunhão, mesmo que tenha uma grande contrição, sem ter previamente recebido a absolvição sacramental; a não ser que tenha um motivo grave para comungar e não lhe seja possível encontrar-se com um confessor” (Catecismo, n. 1457).

QUEM PODE SE CONFESSAR?

Conforme a recomendação da Igreja, “todo o fiel que tenha atingido a idade da discricção, está obrigado a confessar fielmente os pecados graves, ao menos uma vez ao ano” (Catecismo, n. 1457) e, ainda: “As crianças devem aceder ao sacramento da Penitência antes de receberem pela primeira vez a Sagrada Comunhão” (Catecismo, n. 1457).

Há ainda um outro aspecto: a confissão deve ser buscada por aqueles cristãos que, de fato, querem (e podem) realizar a conversão de vida. Não é lícito buscar o sacramento sem sincero arrependimento e mudança de vida. Se eu busco o sacramento, mas não quero deixar de viver como estava vivendo, em estado de pecado, estou abusando da graça de Deus.

CONCLUSÃO

Esta breve reflexão, evidentemente, não encerra toda a riqueza doutrinal e bíblica sobre o sacramento da reconciliação. Oferece, contudo, algumas pistas para o aprofundamento que deve ser feito por você e por mim.

Gostaria de encerrar convidando você a rezar e interiorizar, na unção do Espírito Santo, o que a Igreja expressa no rito da confissão, na conhecida fórmula da absolvição. Faço votos de que você e eu possamos viver com cada vez mais profundidade o mistério do amor misericordioso de Deus que se desvela no sacramento da confissão.

Deus, Pai de misericórdia, que, pela morte e ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E Eu te absolvo dos teus pecados em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo.